

FICHA TÉCNICA

Título original: *The Kidnapping of Edgardo Mortara*

Autor: *David I. Kertzer*

Copyright © David I. Kertzer, 2019

Mapa © 1997 David Lindroth, Inc.

Edição portuguesa publicada por acordo com Alfred A. Knopf, na chancela de The Knopf Doubleday Group, uma divisão de Penguin Random House, LLC

Tradução © Editorial Presença, Lisboa, 2019

Tradução: *Catarina Ferreira de Almeida*

Revisão: *Carlos Jesus/Editorial Presença*

Capa: *Catarina Sequeira Gaeiras/Editorial Presença*

Imagem da capa © Mark Owen/Trevillion Images

Composição, impressão e acabamento: *Multitipo — Artes Gráficas, Lda.*

1.ª edição, Lisboa, agosto, 2019

Depósito legal n.º 459 155/19

Reservados todos os direitos
para a língua portuguesa (exceto Brasil) à

EDITORIAL PRESENÇA

Estrada das Palmeiras, 59

Queluz de Baixo

2730-132 Barcarena

info@presenca.pt

www.presenca.pt

Índice

PRÓLOGO	11
CAPÍTULO 1 – Batem à Porta	17
CAPÍTULO 2 – Judeus na Terra dos Papas.....	30
CAPÍTULO 3 – Em Defesa da Fé	44
CAPÍTULO 4 – Dias de Desespero	56
CAPÍTULO 5 – A Mezuzá e a Cruz — A Viagem de Edgardo para Roma	69
CAPÍTULO 6 – A Casa dos Catecúmenos	85
CAPÍTULO 7 – Um Pai Antigo e Um Novo	96
CAPÍTULO 8 – O Papa Pio IX	110
CAPÍTULO 9 – O Papa Denunciado	122
CAPÍTULO 10 – A Vida Sexual de Uma Criada	133
CAPÍTULO 11 – Drama em Alatri	147
CAPÍTULO 12 – Encontro com a Mãe	156
CAPÍTULO 13 – A Contestação Ganha Força no Estrangeiro	167
CAPÍTULO 14 – A Igreja Contra-Ataca	181
CAPÍTULO 15 – Uma Questão de Princípio.....	199
CAPÍTULO 16 – Sir Moses Vai a Roma	224
CAPÍTULO 17 – Insurreição em Bolonha	238
CAPÍTULO 18 – Detenção do Inquisidor	252
CAPÍTULO 19 – O Processo contra o Inquisidor	266

CAPÍTULO 20 – O Julgamento do Inquisidor	278
CAPÍTULO 21 – A Defesa do Inquisidor	299
CAPÍTULO 22 – Os Ritos dos Governantes	320
CAPÍTULO 23 – Novas Esperanças de Libertar Edgardo	331
CAPÍTULO 24 – A Fuga de Edgardo	343
CAPÍTULO 25 – Uma Morte em Florença	356
CAPÍTULO 26 – O Julgamento de Momolo	374
EPÍLOGO	393
POSFÁCIO	397
AGRADECIMENTOS	405
NOTAS	408
FONTES ARQUIVÍSTICAS E ABREVIATURAS.....	436
BIBLIOGRAFIA.....	438

PRÓLOGO

Era o fim de uma era. Regimes que tinham sobrevivido ao passar dos séculos estavam prestes a ser derrubados. Na península italiana, o velho mundo do poder papal e da autoridade tradicional enfrentava com dificuldade a múltipla descendência do Iluminismo, da Revolução Francesa e dos promotores do comércio, da indústria e das ciências modernas. Os orgulhosos guerreiros do antes e do agora olhavam-se com desconfiança, em mútua incompreensão. Cada facção agitava as suas bandeiras, proclamava as suas verdades, adorava os seus ícones, cantava as virtudes dos seus heróis e cobria de escárnio os seus inimigos. Os revolucionários sonhavam com futuros utópicos, muito distintos do presente opressor; os liberais concebiam uma nova ordem política, assente no poder constitucional; e até os conservadores começavam a questionar-se se a velha ordem resistiria por muito mais tempo. Nasciam novos deuses, novos objetos de adulação. Na Itália, a partir da manta de retalhos constituída por ducados e grão-ducados, pelos reinos de Bourbon e da Saboia, pelos postos avançados da Áustria e pelo próprio estado pontifical, não tardaria a ganhar forma um novo estado-nação, cujas fronteiras ainda eram desconhecidas e cuja natureza permanecia por definir. Súbditos não tardariam a ser cidadãos. No entanto, para a massa de camponeses iletrados, seria como se nada de relevante tivesse mudado.

Em nenhuma outra parte do Ocidente era o abismo entre o velho e o novo mundo tão profundo como nas terras do rei-papa. Em que outro lugar seria o ato de governar por direito divino tão natural como ali, tão bem fundamentado pela ideologia, tão magnificamente elaborado pelo ritual? Há séculos que o papa exercia as suas funções de príncipe terreno, de governante dos seus súbditos, sobre um domínio cujas

fronteiras, em 1858, eram as mesmas que tinham sido três séculos e meio antes, partindo de Roma num crescente que se estendia para nordeste e contornava o grão-ducado da Toscana, até à segunda cidade dos Estados Pontifícios, Bolonha, no Norte. O papa governava o seu Estado porque era essa a vontade de Deus. As ideias revolucionárias de que o povo devia escolher os seus governantes e de que cada um devia ter a liberdade de pensar o que bem entendesse, de acreditar no que lhe aprouvesse, não eram apenas irracionais, mas heréticas, sem dúvida obra do diabo, o resultado da atividade nefasta da franco-maçonaria e dos outros inimigos de Deus e da religião. O mundo cumpria o desígnio de Deus. Todo o progresso era uma heresia.

Se ainda existia em 1858, o estado pontifical não sobrevivera, porém, intacto às últimas sete décadas. Quando, em 1796-97, os soldados franceses inundaram a península italiana, os Estados Pontifícios tinham sido devorados; nos anos que se seguiram, dois papas foram expulsos de Roma e condenados a um exílio humilhante, e a propriedade da Igreja foi leiloada e entregue ao maior licitante, engordando os cofres de Napoleão. Embora em 1814, com o colapso de Napoleão, o papa Pio VII tivesse regressado à Cidade Santa e os Estados Pontifícios tivessem sido restabelecidos, o que antes parecera tão sólido — um produto da ordem divina das coisas — afigurava-se, agora, terrivelmente frágil. Multiplicaram-se as conspirações contra o poder temporal do pontífice; rebentaram revoltas. Em meados do século, um outro papa viu-se obrigado a fugir de Roma, com medo da população assassina, tendo de recorrer a exércitos estrangeiros para restaurar o seu trono e proteger-se da rebeldia dos seus próprios súbditos.

Entre estes súbditos — que, na sua maioria, estavam longe de ser rebeldes — encontravam-se os judeus, «os judeus do papa». Apesar de já viverem em Itália desde um tempo em que não havia cristãos, não conseguiam libertar-se do seu estatuto de estrangeiros, de requerentes do privilégio de serem autorizados a permanecer onde estavam. Sendo em número reduzido — menos de quinze mil no conjunto dos Estados Pontifícios¹ —, tinham o seu peso na consciência do clero, ocupando uma posição central, ainda que indesejável, na teologia católica: eram os assassinos de Cristo, e a sua prolongada desgraça servia de valiosa advertência para os fiéis, mas um dia veriam a luz e tornar-se-iam parte da

verdadeira religião, ajudando a acelerar o regresso do Redentor. Desde o século XVI que os papas os confinavam a guetos, para limitar o contágio. Nenhum cristão era autorizado a frequentar as suas casas; a comunidade judaica era uma sociedade à parte. No entanto, o dia a dia no gueto não deixava de ter as suas alegrias e consolações. Aqui, os judeus levavam uma vida comunitária preenchida e possuíam as suas próprias instituições, as suas sinagogas, os seus rabis e os seus líderes, as suas querelas internas e os seus triunfos, os seus rituais próprios, prescritos pelo divino, que estruturavam cada dia das suas vidas e cada estação do ano.

Mas também os judeus viram chegar um novo mundo quando as tropas francesas, apregoando a secular trindade da *liberté, égalité, fraternité*, varreram o continente e derrubaram as portas dos seus guetos, reduzindo-as a cinzas num braseiro purificador para edificação popular. Atrás dos soldados, por vezes espiados pelos olhares ameaçadores dos seus vizinhos cristãos, os judeus — alguns extáticos, outros aterrorizados — começaram a dar os seus primeiros passos titubeantes para fora de um mundo que era o único que eles e os seus antepassados alguma vez tinham conhecido.

Os acontecimentos aqui relatados, que, no seu conjunto, constituem um capítulo curiosamente esquecido da batalha que precipitou o fim do velho regime, tiveram início em 1858, sob as arcadas de Bolonha, aliás, no coração do seu centro medieval de ruas e praças calcetadas. Em Roma, Pio IX ocupava o trono de São Pedro, enquanto o exército francês patrulhava a Cidade Eterna. Dois dos três homens mais poderosos de Bolonha eram cardeais: o arcebispo, líder espiritual da cidade, e o cardeal legado, representante do governo papal, o poder civil. O terceiro era um militar, um general austríaco, cujas tropas (juntamente com as forças francesas estabelecidas em Roma) asseguravam que o vacilante governo papal não caísse.

Do outro lado da rua, mesmo em frente ao quartel do general, situava-se a célebre igreja dominicana de Bolonha, São Domingos, onde morreu o próprio santo, cujos ossos até hoje se encontram aí reverentemente conservados. Era aqui que vivia o inquisidor, incumbido, pela Congregação do Santo Ofício de Roma, de combater a heresia e defender a fé. Entre outras tarefas, cabia-lhe certificar-se de que as restrições impostas aos judeus eram cumpridas.

Durante dois séculos, os inquisidores de Bolonha tinham tido poucas razões para se preocuparem com os judeus, uma vez que, em 1593, o papa expulsara da cidade e dos seus arredores os novecentos membros desta comunidade. No seguimento da ocupação francesa da década de 1790, um punhado de judeus aventureiros fizera o seu caminho de regresso, mas, assim que os Estados Pontifícios foram restabelecidos, o seu estatuto tornou-se, de novo, incerto, e o direito a viver na cidade pouco claro. No entanto, por volta de 1858, já habitavam em Bolonha perto de duzentos judeus, na sua maioria mercadores que tinham criado um nicho confortável para as suas famílias. Dado que as autoridades eclesiásticas ainda se sentiam divididas a respeito da sua presença na cidade que antes lhes fora interdita, os judeus não tinham qualquer desejo de chamar a atenção, abdicando de sinagogas e de rabis.

À semelhança de muitos destes judeus, imigrantes dos guetos de outras cidades, Momolo Mortara e Marianna Padovani Mortara tinham-se mudado do ducado próximo de Módena para Bolonha e viviam com os seus filhos e com a sua criada católica num prédio no centro da cidade. A sua discreta existência não tardaria a conhecer um doloroso fim.

CAPÍTULO 1

Batem à Porta

Bateram à porta ao cair da noite. Era uma quarta-feira, o dia 23 de junho de 1858. Anna Facchini, uma criada de vinte e três anos, desceu o lanço de escadas que conduzia ao apartamento da família Mortara para abrir a porta do prédio. Do outro lado, estava um agente da polícia fardado e um segundo homem, de meia-idade e porte marcial.¹

— Esta é a casa do Signor Momolo Mortara? — perguntou o marechal Lucidi.

Sim, respondeu Anna, mas o Signor Mortara não se encontrava em casa. Tinha saído com o seu filho mais velho.

Quando os homens se retiraram, ela tornou a fechar a porta e regressou ao apartamento para descrever à patroa, Marianna Mortara, a perturbadora visita. Marianna estava sentada à mesa da sala de estar, ocupada com a sua costura, na companhia de Ernesta e Erminia, as suas duas filhas gémeas de onze anos. Os seus cinco filhos mais novos, Augusto, de dez anos, Arnaldo, de nove, Edgardo, de seis, Ercole, de quatro, e Imelda, nascida apenas seis meses antes, já dormiam. Já de si nervosa, Marianna desejou que o marido estivesse em casa.

Minutos mais tarde, ouviu um som de passos na escada das traseiras, à qual o apartamento do vizinho dava acesso. Interrompendo a sua costura, pôs-se à escuta. O som de alguém a bater à porta confirmou os seus receios. Ela aproximou-se e, sem tocar naquela, perguntou quem era.

— É a polícia — respondeu-lhe uma voz. — Deixe-nos entrar.

Com esperança, embora sem grande convicção, de que a polícia se tivesse simplesmente enganado, disse-lhes o que desejava que eles não soubessem: que se encontravam à porta das traseiras do mesmo apartamento que tinham visitado minutos antes.

— Não interessa, *signora*. Somos polícias e queremos entrar. Não se preocupe; não lhe queremos nenhum mal.

Marianna abriu a porta e deixou entrar os dois homens. Não reparou no resto do destacamento da polícia papal. Alguns agentes tinham permanecido na escadaria próxima e outros aguardavam na rua.

Pietro Lucidi, marechal dos carabineiros do papa e chefe daquela força policial, entrou, seguido do brigadeiro Giuseppe Agostini, ambos vestidos à paisana. A vinda inesperada da polícia militar dos Estados Pontifícios a sua casa, àquela hora da noite, encheu Marianna de temor.

O marechal, nada satisfeito com a missão que tinha pela frente, e vendo que a mulher já estava inquieta, tentou acalmá-la. Tirando uma pequena folha de papel de dentro do casaco, disse-lhe que precisava de esclarecer uma série de questões a respeito da família Mortara e pediu-lhe que fizesse uma lista dos nomes de todas as pessoas que viviam naquela casa, começando pelo seu marido e por si própria e enumerando todos os filhos do casal, do mais velho ao mais novo. Marianna começou a tremer.

Ao regressar a casa ao abrigo dos famosos pórticos de Bolonha, na companhia de Riccardo, o seu filho de treze anos, nessa agradável noite de junho, Momolo ficou surpreendido ao encontrar tantos polícias à porta do seu prédio. Apressando-se a entrar no apartamento, deparou-se com o oficial e com o outro homem desconhecido, envolvidos numa conversa com a sua mulher. Ela estava assustada.

Assim que Momolo entrou em casa, Marianna exclamou:

— Vem ver o que querem estes homens da nossa família!

O marechal Lucidi via agora que os seus piores receios a respeito daquela missão iriam concretizar-se, mas não deixou de sentir um certo alívio por poder, a partir daqui, lidar com Momolo, que, pelo menos, era um homem. De novo, declarou que tinha sido incumbido de apurar quem eram as pessoas que viviam na casa da família Mortara. Incapaz de conseguir que lhe explicassem o motivo de tão ominoso interrogatório, Momolo deu o seu nome, o da sua mulher e o nome dos seus oito filhos.

O marechal confirmou que todos os nomes figuravam na sua pequena lista. Registados os dez membros da família, anunciou que gostaria, agora, de ver cada uma das crianças. O seu pedido transformou o medo de Marianna em terror.

Momolo apontou para Riccardo, Ernesta e Erminia, que se tinham reunido à volta dos pais, mas argumentou que os seus outros filhos estavam a dormir e não deviam ser incomodados.

Impressionado, talvez, mas inflexível, o marechal permaneceu firme. Por fim, os Mortara conduziram os dois agentes até ao seu próprio quarto, seguidos pelos três filhos mais velhos e pela criada. Ali, num sofá-cama, dormia Edgardo, de seis anos. Os pais não sabiam que, na lista que o marechal trouxera consigo, o nome de Edgardo se encontrava sublinhado.

Lucidi indicou a Anna que levasse as outras crianças para fora do quarto. Quando estas saíram, virou-se de novo para Momolo e disse:

— Signor Mortara, lamento informá-lo de que foi vítima de uma traição.

— Que traição? — perguntou Marianna.

— O vosso filho Edgardo foi batizado — respondeu Lucidi — e eu recebi ordens para levá-lo comigo.

Os gritos de Marianna ressoaram por todo o edifício, levando os polícias plantados à porta a correrem para dentro do quarto. Aterrorizados, os filhos mais velhos dos Mortara esgueiraram-se também para dentro daquela divisão. Chorando convulsivamente, Marianna lançou-se para junto de Edgardo e agarrou-se ao rapazinho sonolento.

— Se querem o meu filho, terão de matar-me a mim primeiro!

— Deve haver um engano — disse Momolo. — O meu filho nunca foi batizado... Quem foi que disse que o Edgardo tinha sido batizado? Quem foi que disse que ele tinha de ser levado?

— Limito-me a cumprir as minhas ordens — argumentou o marechal. — Estou apenas a seguir as ordens do inquisidor.

Lucidi ficou aflito quando sentiu que a situação começava a escapar ao seu controlo. Mais tarde, no seu próprio relatório, afirmaria: «Mal consigo descrever o efeito que teve aquele anúncio fatídico. Posso assegurar-vos de que teria preferido mil vezes ser exposto a perigos de longe mais graves no cumprimento do meu dever do que ter de assistir a uma cena tão dolorosa.»

Com Marianna a gemer ao lado da cama de Edgardo, Momolo a insistir que tudo aquilo era um terrível equívoco e as crianças a chorar, Lucidi mal sabia o que fazer. Os dois pais ajoelharam-se à frente

do desconcertado marechal, suplicando-lhe, em nome da humanidade, que não lhes levasse o filho deles. Cedendo um pouco (sem dúvida convencido das culpas do inquisidor naquele caso), Lucidi ofereceu-se para deixar que Momolo acompanhasse o seu filho até ao Convento de São Domingos, situado nas imediações, onde Edgardo seria apresentado ao inquisidor.

Com receio de deixar que Edgardo caísse nas mãos do inquisidor, Momolo recusou a oferta.

Lucidi relembrou: «Enquanto esperava que a mãe e o pai, desesperados e tomados por uma terrível angústia, recuperassem a razão, para que o assunto pudesse, enfim, ser conduzido ao seu inevitável desfecho, várias pessoas começaram a chegar, quer de moto próprio, quer por que ali tinham sido chamadas.»

De facto, com a permissão de Lucidi, Momolo ordenara a Riccardo que fosse alertar o irmão e o tio de Marianna e que trouxesse também o vizinho idoso da família, o judeu Bonajuto Sanguinetti, cuja riqueza e estatuto na comunidade ele esperava que pudessem evitar a catástrofe iminente.

Regressando a correr ao café onde, menos de uma hora antes, ele e o pai os tinham deixado, Riccardo foi ao encontro dos seus dois tios, Angelo Padovani e Angelo Moscato, o irmão e o cunhado da mãe dele. Moscato descreveria mais tarde esse encontro:

«Estando eu no Caffè del Genio, na Via Vetturini, na companhia do meu cunhado, vi entrar a correr o meu sobrinho Riccardo Mortara num desconsolo de lágrimas, dizendo-me que os carabineiros se encontravam em sua casa e que queriam levar o seu irmão Edgardo.»

Os dois homens acudiram ao apartamento dos Mortara:

«Vimos a mãe, devastada, e num estado tão lastimoso que seria impossível descrevê-lo. Pedi ao marechal dos gendarmes que me explicasse o que se passava, e ele respondeu-me que tinha uma ordem — embora nunca me tivesse mostrado — da parte do inquisidor, o padre Pier Gaetano Feletti, para levar Edgardo, porque este tinha sido batizado.»

Marianna estava «desesperada, fora de si», como recordaria o seu irmão, Angelo Padovani. «Estava deitada num sofá que eles também usavam como cama, o sofá onde dormia Edgardo, abraçando-o com firmeza contra o peito, para que ninguém pudesse levá-lo.»

Procurando uma maneira de impedir que a polícia partisse com Edgardo, Padovani e o seu cunhado persuadiram o marechal a não levar a criança antes de eles poderem consultar o tio, que vivia ali perto. O irmão do pai de Marianna, cujo nome também era Angelo Padovani, ainda estava a trabalhar no pequeno banco que dirigia no prédio onde morava.

Depois de ser informado pelos seus sobrinhos do drama que tinha lugar, nesse momento, na casa dos Mortara, o Signor Padovani decidiu que a sua única esperança era ir falar com o inquisidor. Enquanto o jovem Padovani se apressava a ir informar o marechal da necessidade de mais algum tempo, os outros dois homens dirigiram-se ao convento.

Às onze da noite, apresentaram-se diante dos intimidantes portões de São Domingos e pediram para serem levados à presença do inquisidor. Apesar da hora tardia, foram conduzidos aos seus aposentos. Aqui, imploraram ao padre Feletti que lhes dissesse por que razão ordenara à polícia que fosse buscar Edgardo. Respondendo-lhes num tom comedido, com o propósito de acalmá-los, o inquisidor explicou-lhes que Edgardo fora batizado em segredo, embora não pudesse dizer por quem ou como viera a saber do caso. Assim que a notícia do batismo chegara ao conhecimento das autoridades, tinham-lhe dado as instruções que ele estava a levar a cabo: o rapaz era católico e não podia ser criado no seio de uma família judaica.

Padovani protestou com veemência. Era um ato de grande crueldade ordenar que uma criança fosse retirada aos seus pais sem sequer lhes dar a possibilidade de se defenderem. O padre Feletti limitou-se a responder-lhes que não lhe competia desviar-se das ordens que tinha recebido. Os homens suplicaram-lhe que ele lhes revelasse os motivos que o tinham levado a pensar que a criança fora batizada, uma vez que ninguém na família tinha conhecimento disso. O inquisidor replicou que não lhe competia dar-lhes essa explicação, dado que o assunto era confidencial, mas que eles podiam ficar descansados de que tudo fora feito como mandava a lei. Seria preferível, para todas as partes envolvidas, acrescentou, que os membros da família se resignassem simplesmente ao destino que os aguardava. «Longe de ter agido de forma leviana», assegurou-lhes, «fi-lo de consciência tranquila, uma vez que tudo foi meticulosamente executado de acordo com os cânones sagrados.»

Vendo que era impossível convencer o padre Feletti a reconsiderar a sua ordem, os homens rogaram-lhe que desse à família mais algum tempo antes de levarem o rapaz. Pediram-lhe que suspendesse qualquer ação pelo menos durante um dia.

«Primeiro», relataria Moscato mais tarde, «aquele homem de pedra recusou, e tivemos de descrever-lhe a triste condição em que se encontrava a mãe da criança, que ainda estava a amamentar uma filha, o pai, que quase perdera a cabeça, e as oito [*sic*] crianças agarradas aos joelhos dos pais e dos polícias, suplicando que não lhes levassem o irmão.»

O inquisidor acabou por ceder e concedeu-lhes um adiamento de vinte e quatro horas, na esperança de que, entretanto, a mãe enlouquecida fosse afastada do apartamento, assim evitando o que já ameaçava transformar-se numa infeliz agitação pública. Pediu ainda a Moscato e a Padovani que lhe promettessem que não seria feita qualquer tentativa para ajudar o rapaz a fugir, uma garantia que estes apenas lhe deram com relutância.

Feletti descreveria mais tarde o que lhe acudiu ao pensamento quando ponderou os riscos de autorizar aquele adiamento. O inquisidor conhecia muito bem «as superstições em que se afundam os judeus», temendo não só que «o rapaz pudesse ser roubado», mas até que pudessem vir a «sacrificá-lo». Esta era uma crença amplamente partilhada na Itália da época, porque se pensava que os judeus preferiam matar os seus próprios filhos do que vê-los crescerem como católicos. Ele não correria riscos. No bilhete que preparou para Padovani entregar a Lucidi, ordenava ao marechal que mantivesse Edgardo sob constante vigilância.

Entretanto, a vigília no apartamento dos Mortara continuava, à medida que outros amigos e vizinhos acorriam à casa da família. No meio destes, encontrava-se Bonajuto Sanguinetti, de setenta e um anos, que morava no apartamento contíguo e que viera, como Momolo, da comunidade judaica de Régio de Emília, uma povoação próxima, no ducado de Módena. Sanguinetti já se fora deitar quando Riccardo, depois de ter ido buscar os seus dois tios ao café, se apresentou em casa dele, contando ao seu criado o que estava a acontecer.

Sanguinetti descreveu as suas primeiras reações quando o criado o acordou: «Dirigi-me à janela e vi cinco ou seis carabineiros a

caminharem de um lado para o outro, sob as arcadas, e fiquei um pouco confuso, convencido de que tinham vindo buscar um dos meus próprios netos.»

Apressou-se a ir a casa dos Mortara.

«Vi uma mãe devastada, lavada em lágrimas, e um pai que arrancava o seu próprio cabelo, enquanto as crianças, de joelhos, imploravam aos polícias por misericórdia. A cena era tão comovente que não tentarei sequer descrevê-la. Na verdade, ouvi o marechal, chamado Lucidi, dizer que teria preferido que lhe tivessem ordenado que prendesse cem criminosos do que ter de levar aquele rapaz da sua casa.»

À meia-noite e meia, a sinistra vigília na casa dos Mortara foi interrompida pela chegada de Moscato e Padovani, a brandir o papel que tinham conseguido arrancar ao padre Feletti. O marechal Lucidi ficou surpreendido com o facto de os judeus terem tido algum êxito com o inquisidor. Ele já se mentalizara de que não ia sair daquela casa, nessa noite, sem o rapaz.

«Eu bem via», recordaria ele mais tarde, «que o Signor Padovani era um homem de erudição, de porte digno, um homem seguido e respeitado pelos seus correligionários, e que estes contavam muito com ele. Na verdade, tinham razões para isso, pois só alguém de grande influência teria sido capaz de obter uma prorrogação da decisão judicial e era minha convicção de que outros não teriam sido bem-sucedidos, sobretudo quando constatei que a ordem fora dada ao mais alto nível e que o próprio padre inquisidor não estava em posição de alterá-la.»

Quando partiu, o marechal deixou uma cena que descreveu como um *teatro di pianto e di afflizione*, «um teatro de lágrimas e de aflição». Para além dos dez membros da família Mortara e dos dois polícias que guardavam Edgardo, deixara com eles o irmão de Marianna, o seu cunhado, o tio e dois amigos da família.

Momolo reagiu com alívio à notícia do adiamento, dizendo mais tarde que esta lhes tinha dado «um raio de esperança». Ficou menos feliz, porém, quando descobriu que, ao pôr em prática as advertências do inquisidor para que Edgardo fosse cuidadosamente vigiado, o marechal ordenara a dois dos seus agentes que permanecessem com a criança no próprio quarto dos pais.

Foi uma noite terrível para Momolo e Marianna:

«Ambos os polícias ficaram no nosso quarto, a guarda revezando-se de tempos a tempos. Podem imaginar como passámos a noite. O nosso filho pequenino, embora não compreendesse o que estava a acontecer, dormiu um sono intermitente, sacudido por soluços, com os soldados ao seu lado.»

A única esperança que a família ainda tinha era a de encontrar alguém com poder suficiente para se sobrepor ao inquisidor e revogar a sua ordem. Só havia duas figuras em Bolonha que, na opinião dos homens das famílias Mortara e Padovani, talvez possuíssem essa dimensão: o cardeal legado, Giuseppe Milesi, e o famoso, mas controverso, arcebispo da cidade, o cardeal Michele Viale-Prelà. Encorajados pelo êxito diplomático do cunhado e do tio de Marianna, em São Domingos, na noite precedente, Momolo e Marianna pediram-lhes que levassem a cabo esta nova missão. A meio da manhã do dia 24 de junho, os dois homens fizeram-se ao caminho.

Não tinham de ir longe. Na verdade, Angelo Moscato estivera praticamente sentado à sombra do imponente edifício onde trabalhava o cardeal legado quando, na noite da véspera, o ofegante Riccardo lhe trouxera a notícia a respeito de Edgardo.

O imponente palácio governamental, o velho Palazzo Comunale, agigantava-se sobre a praça central da cidade, a Piazza Maggiore. Inaugurado como sede do governo em 1336 e acrescentado ao longo dos duzentos anos que se seguiram, era tanto uma fortaleza como um centro administrativo. A sua abertura coincidira com a conclusão da vasta e grandiosa muralha que rodeava a cidade, um muro de nove metros de altura que compunha um círculo imperfeito de sete mil e seiscentos metros à volta do velho burgo. Todas as noites, os grandes portões fechavam as suas portadas para protegerem os habitantes da cidade (e os seus governantes) dos seus inimigos. Na altura em que o palácio e a muralha exterior tinham sido construídos, Bolonha era uma cidade-estado autónoma, combatendo, entre outras, as forças papais que procuravam subjugar-la. A cidade acabaria por perder esta luta e, com a entrada triunfante do papa Júlio II em Bolonha em 1506, a urbe e os seus territórios foram anexados ao estado pontifical.

Tendo acabado de obter, aos quarenta e um anos, tanto o título de cardeal como o de legado da província de Bolonha, Giuseppe Milesi

Pironi Ferretti tinha-se instalado em Bolonha apenas dois meses antes. Ao chegar à cidade para assumir as suas novas funções, no fim da tarde do dia 30 de abril de 1858, fora recebido com a devida cerimónia ao longo de todo o caminho que conduzia ao seu gabinete e aposentos no edifício da sede governamental. As tropas austríacas residentes fizeram soar uma salva de artilharia.

Nem todos os habitantes de Bolonha, porém, ficaram satisfeitos com a chegada do cardeal legado, uma vez que a hostilidade contra o jugo papal, e contra as forças austríacas que, durante anos, o tinham feito prevalecer, abundava na cidade. Enrico Bottrigari, um desses bolonheses influenciados pelas ideias do Ressurgimento, o movimento de unificação nacional que, num futuro não muito distante, ajudaria a expulsar Milesi da cidade, descreveu nos seguintes termos a chegada do cardeal legado:

«Mal tinha chegado aos seus aposentos quando o senador sénior de Bolonha lhe veio apresentar os seus cumprimentos em estilo diplomático, seguido de muitas figuras nobres e cidadãos, os que costumam vergar-se perante o poder! Aqueles que o viram dizem que o novo legado, à primeira vista, pelo menos, tem a aparência de um homem frio como o gelo e de alguém que não foi favorecido com uma grande inteligência.»²

O inquisidor tinha dado tanto ao cardeal Milesi como ao arcebispo a notícia antecipada da apreensão planeada do rapaz judeu. Quando Angelo Padovani e Angelo Moscato chegaram aos portões da residência do cardeal legado, foi-lhes dito que Sua Eminência não se encontrava em Bolonha. Não havia muito que pudessem fazer para além de tentarem encontrar a outra única pessoa que acreditavam ter o poder de ajudá-los: o arcebispo de Bolonha, o temível Michele Viale-Prelà.

De novo, não tiveram de ir longe, uma vez que a sede da arquidiocese, ligada à Catedral de São Pedro, não ficava situada a grande distância do palácio do governo. Os dois judeus não se sentiam otimistas: no curto intervalo de tempo desde a sua chegada a Bolonha, o famoso cardeal tinha desenvolvido a reputação de líder do movimento da Igreja contra o liberalismo, de cruzado pela purificação religiosa e moral, de amigo da Inquisição e de inexorável guerreiro na batalha pela protecção do poder temporal do papa.

Na noite anterior, quando a família Mortara e os seus amigos da exí-gua comunidade judaica de Bolonha se tinham reunido em casa deles, procurando desesperadamente uma maneira de impedir que a polícia levasse Edgardo, Sanguinetti tinha sugerido que eles tentassem subornar alguém da hierarquia da Igreja. A ideia não os chocava, uma vez que era uma abordagem a que os judeus italianos tinham, por vezes, recorrido, com êxito, nos séculos anteriores, inclusivamente junto de papas. Contudo, ninguém acreditava que Viale-Prelà fosse subornável.

Veio a verificar-se que Padovani e Moscato não chegariam sequer a ter a possibilidade de tentar, pois receberam o mesmo acolhimento na casa do arcebispo que já tinham recebido na do cardeal legado: foi-lhes dito que o arcebispo saía de Bolonha em viagem e que não estaria disponível nesse dia.³ Depois de ouvir o que estava por detrás do pedido tão insistente para verem o arcebispo, o padre com quem falaram lançou as mãos no ar e disse-lhes que não fazia ideia do que eles poderiam fazer.

Já era meio-dia e o tempo estava a esgotar-se. Angelo Moscato desistiu: «Vendo que toda a esperança estava perdida, decidimos deixar que as coisas seguissem o seu infeliz rumo. Decidi não regressar à casa dos Mortara, uma vez que isso só agravaria o meu desgosto.»

No apartamento dos Mortara, a tensão era insuportável. Rosina, a irmã de Marianna, chegou a meio da manhã e encontrou-a ainda abraçada a Edgardo, soluçando. Quando se aproximou para confortar Edgardo, ele deu-lhe um beijo e, apontando para os polícias que permaneciam ao seu lado, disse-lhe simplesmente: «Eles querem levar-me.»

Rosina fez a única coisa de que se lembrou para ajudar. Levou os outros sobrinhos e sobrinhas para sua casa, para junto dos seus seis filhos. «Eu não queria que eles continuassem a ver a mãe naquele estado», explicou.

Enquanto Rosina levava as crianças, os homens reunidos no apartamento decidiram que algo tinha de ser feito a respeito da própria Marianna. Ela tinha passado a noite inteira no sofá-cama de Edgardo, agarrada ao filho, e ainda não estava disposta a largá-lo. Eles temiam o que podia acontecer se Marianna ainda estivesse em casa quando os carabineiros chegassem, nessa noite, para lhe arrancarem Edgardo dos seus braços. E também os preocupava a pequena Imelda, cujos gritos de fome estavam a ser ignorados pela mãe transtornada.

Momolo explicaria: «À medida que o dia ia passando, no meio da ansiedade e do medo, vendo a minha mulher naquele estado deplorável, na verdade, à beira da loucura, decidi que era preferível que ela fosse afastada de casa para não assistir à separação, porque isso a teria destruído.»

Giuseppe Vitta, um amigo da família, de cinquenta e dois anos, um outro judeu oriundo de Régio que vivia perto dos Mortara, ofereceu-se para levar Marianna para o seu apartamento, onde a sua mulher a esperava. Juntamente com Momolo e com o irmão de Marianna, Vitta passou duas horas a tentar convencê-la de que seria melhor ela partir: não havia nada que ela pudesse fazer ali, e a saúde de Imelda dependia do seu afastamento.

Por fim, Marianna cedeu, mas, enquanto Vitta a esperava, teve dificuldade em parar de beijar Edgardo. As forças abandonaram-na, e os homens viram-se obrigados a transportá-la para fora do prédio e a metê-la dentro da carruagem fechada. Enquanto a levavam para fora de casa, Marianna chorava tanto, disse a criada da família, que partiu o coração a todos os que a ouviam. De facto, durante a breve viagem até à residência de Vitta, os seus gritos eram tão lancinantes que, embora a carruagem fosse coberta, o ruído perturbador fez com que as pessoas do bairro acudissem às janelas de suas casas.

Momolo tinha uma última esperança: o inquisidor. Só ele é que podia pôr um fim ao desastre iminente. Acompanhado pelo irmão de Marianna, Angelo, Mortara partiu para São Domingos.

Às cinco da tarde, os dois homens chegaram ao convento e foram conduzidos aos aposentos do inquisidor. Numa voz alta, mas insegura, Momolo declarou que tinha havido certamente um equívoco a respeito do suposto batismo do seu filho, e pediu ao padre Feletti que lhe dissesse que razões tinha ele para pensar que a criança fora batizada. O inquisidor não quis responder diretamente. As regras do Santo Tribunal tinham sido escrupulosamente observadas, afirmou, e não valia a pena pedir mais explicações. Quando Momolo implorou que ele lhe concedesse mais um adiamento, o padre Feletti disse-lhe que isso não serviria de nada.

Momolo não tinha de preocupar-se, acrescentou o inquisidor, porque o seu filho seria bem tratado; na verdade, o pequeno Edgardo

ficaria sob a proteção do próprio papa. Sugeriu-lhe, sim, que preparasse algumas roupas para o rapaz; ele enviaria alguém a recolhê-las. Fazer uma cena desagradável quando a polícia levasse Edgardo, avisou o inquisidor, não beneficiaria ninguém.

Quando regressou a casa, Momolo verificou que o tempo se esgotara. A casa esvaziara-se. Marianna e a bebé Imelda tinham sido levadas para a residência de Vitta; as outras crianças estavam com a tia. Alguns parentes e amigos, sentindo que a casa dos Mortara era um lugar demasiado doloroso, tinham escolhido permanecer nas suas próprias casas, à espera de notícias. Para além dos dois agentes da polícia, que não permitiam sequer que Edgardo fosse à casa de banho sozinho, sobrava apenas Momolo, o seu cunhado Angelo e Giuseppe Vitta, que regressara depois de ter entregado Marianna aos cuidados da sua mulher.

Entretanto, o marechal Lucidi preparara com cuidado a partida da criança. O brigadeiro Agostini, o companheiro silencioso de Lucidi na noite anterior, tinha sido incumbido de levar Edgardo para fora de casa e, com esse propósito, fora-lhe atribuído o melhor coche na posse da polícia de Bolonha. Lucidi veio numa carruagem à parte, com um contingente policial de reforço. Chegou ao apartamento por volta das oito da noite. Acompanhado de alguns dos seus homens, subiu as escadas. No apartamento, Momolo segurava Edgardo nos seus braços; o rapaz permanecia calmo, talvez por não compreender o que estava prestes a acontecer. Quando Lucidi retirou Edgardo dos braços trémulos do progenitor, lágrimas caíram sobre o rosto dos dois polícias que tinham estado a guardar o rapaz.

Vitta foi o primeiro a descer as escadas a correr, em desespero, seguido dos polícias e, por fim, de Momolo, devastado. Ver o seu filho a ser levado nos ombros de um agente roubou-lhe as poucas forças que ainda tinha e, no enalço de Edgardo, caiu no chão, desmaiado. Enquanto o rapaz era entregue ao brigadeiro Agostini, na carruagem, Vitta procurou tranquilizá-lo. «Não te preocupes», disse ele, «o teu pai e eu vamos seguir-te numa outra carruagem.» Vitta partira do princípio, assim como o resto da família Mortara, de que a viagem de Edgardo seria curta e de que o seu destino se situava no interior dos muros da cidade. Nisto, tinham-se enganado.

No passeio, o alvoroçado Vitta avistou um vizinho católico, Antonio Facchini, um comerciante de trinta e um anos que, por acaso, passava por ali nesse momento. Facchini relata assim o alarmante encontro:

Vinha eu a descer a Via Lame quando encontrei uma carruagem à frente da casa onde então viviam os Mortara e vi um polícia parado à entrada. Fiquei surpreendido, sobretudo ao ouvir gritos vindos das escadas. Depois, vi alguém a sair disparado pela porta e a chamar-me. «Venha! Venha ver, Facchini! Que triste quadro!» Era o judeu Vitta, um amigo meu. Quando lhe perguntei o que se passava, ele disse-me para eu entrar. Entrei no prédio com ele e vi, a meio das escadas, um polícia, que descia agora com um rapaz nos seus braços. Mesmo atrás dele, estendido nas escadas, desmaiado, estava o judeu Mortara... Corremos em seu socorro e levámo-lo para dentro de casa, onde o deitámos num sofá.

Quando Vitta lhe explicou o que tinha acontecido, Facchini ficou furioso e correu a espalhar a notícia no Caffè del Commercio, ali perto. Diria ele mais tarde que, «se aí tivesse encontrado duas dúzias de amigos, teria tentado seguir a carruagem, travá-la e levar o rapaz para devolvê-lo aos seus pobres pais». Se fora apenas fanfarronice da parte de Facchini, não sabemos.